

# MARÉ

## DE NOTÍCIAS

FOTOS PATRICK MARINHO

# MARÉ SEM DIREITOS

Ações policiais consecutivas e remoções impactam a vida dos moradores



ACESSE O SITE



**DOCES E RESISTÊNCIA |** CELEBRAÇÃO DE SÃO COSME E SÃO DAMIÃO REFORÇA MOBILIZAÇÃO E A MEMÓRIA DA MARÉ  
**- PÁGINA 5**

**DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE |** PCDS DA MARÉ LUTAM POR INCLUSÃO E EMPATIA DENTRO E FORA DO CONJUNTO  
**- PÁGINA 8**



# EDITORIAL

Na psicologia, a resiliência é definida como a capacidade de um indivíduo de se adaptar, superar e se recuperar de adversidades, traumas, tragédias ou situações estressantes.

A capacidade envolve não apenas o quanto a pessoa resiliente consegue manter a sanidade ou o retorno ao estado mental anterior à tragédia, mas também o que se aprende depois do trauma.

É uma capacidade humana que também se encontra na natureza, as adversidades fazem parte da vida e todos teremos que, em algum momento, ser resilientes.

O problema é quando parece que certas atribuições não são para todos. Só na favela é que, devido a operações policiais consecutivas, milhares de crianças precisam ser resilientes para continuar estudando. Aqui, doentes precisam exercitar a resiliência por não ter atendimento. Crianças de colo já precisam se adaptar a situações que fogem ao controle dos pais, como ficar sem casa do dia para a noite.

A força dos moradores e moradoras de favela não está no sangue, e tampouco bem nosso DNA pelos nossos ancestrais. Essa força e resiliência é forjada devido a múltiplas violações de direitos que acontecem todos os dias e precisam parar.

## TARGIFOR | DICA DE SAÚDE

CALOR, FRIO E CHUVA:  
COMO A MUDANÇA NA  
TEMPERATURA AFETA  
A IMUNIDADE



## DOE E APOIE O JORNALISMO COMUNITÁRIO



QUER ANUNCIAR NO  
MARÉ DE NOTÍCIAS?  
ENTRE EM CONTATO  
E SAIBA MAIS!

Whatsapp:  
21 97271-9410



## EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:



R. Sargento Silva Nunes, 1008A  
Nova Holanda - Maré  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242  
www.mareonline.com.br  
maredenoticias@gmail.com  
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

15 Associações de Moradores da Maré

EDITOR EXECUTIVO E  
COORDENADOR  
Affonso Dalua

EDITORA  
Ana Paula Lisboa

FOTOGRAFIA  
Affonso Dalua  
Arthur Vianna  
Patrick Marinho

COLABORARAM NESTA  
EDIÇÃO

Hélio Euclides  
Maria Teresa Cruz  
Lucas Feitoza  
Luiz Antonio Simas

REVISÃO

Tatiana Lima

PROJETO GRÁFICO

Affonso Dalua

DIAGRAMAÇÃO

Affonso Dalua

IMPRESSÃO

Gráfica Tribuna

TIRAGEM

10 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO  
REPRESENTAM A OPINIÃO  
DO JORNAL

PERMITIDA A REPRODUÇÃO  
DOS TEXTOS, DESDE QUE  
CITADA A FONTE.

FALE CONOSCO:

Email: maredenoticias@redesdamare.org.br

Whatsapp: +55 21 97271-9410

REDES SOCIAIS:

Twitter: @maredenoticias

Instagram: @maredenoticias

Facebook: fb.com/maredenoticias

REDAÇÃO MARÉ DE NOTÍCIAS

Rua Sargento Silva Nunes, 1008A

Nova Holanda - Maré

Telefone: +55 (21) 3104-3276

PATROCÍNIO:



APOIO:



REALIZAÇÃO:





# LIGANDO OS PONTOS DA MOBILIDADE URBANA

O desafio de deslocamento da favela para outros lugares da cidade

HÉLIO EUCLIDES

A Lei nº 12.587/2012 estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana e define a mobilidade como um direito da população, responsabilizando as cidades a criarem planejamento, infraestrutura e disponibilidade de transporte que garanta a circulação de pessoas e cargas.

Uma das principais diretrizes é a priorização dos meios de transportes não motorizados e dos serviços de transporte público coletivo. O Ministério das Cidades destaca que a mobilidade urbana precisa ser bem planejada, com sistemas integrados e sustentáveis, e que proporcionem qualidade de vida.

## FALTA DE EDUCAÇÃO

Mesmo que a gente nunca aprenda a dirigir um veículo na vida, algumas regras de trânsito são ensinadas ainda na educação infantil e ajudam a prevenir acidentes e a preservar vidas. Mas não basta saber o significado do vermelho, verde e amarelo, ou saber ler o símbolo de um quebra-molas para um bom convívio entre pedestres, motociclistas e motoristas.

Nos últimos anos, a confusão e violência no trânsito, causada pela falta de ordenamento, aumento do tempo de deslocamento e consequente estresse, fez o Rio de Janeiro ser eleito, em 2023, como a 2ª cidade mais grosseira no trânsito brasileiro pelo aplicativo Preply. No mesmo ano, o relatório do aplicativo Moovit, elegeu o município como o 4ª pior do mundo em tempo médio gasto no transporte público: são 67 minutos.

## PRECARIZAÇÃO

Uma tentativa de melhorar esse deslocamento foi a inauguração do BRT Transbrasil em abril deste ano, com seis anos de atraso do prazo inicial. A linha liga linhas expressas de Deodoro até o Terminal Gentileza, na rodoviária. Mas, mesmo com o novo atendimento, o que falta são linhas de ônibus de integração, que levam o passageiro até a estação.

Um exemplo dessa falta de acesso acontece com os moradores de Marcílio Dias, que além do trajeto enorme percorrido para sair da favela, não foram incluídos no sistema.

Nos últimos 15 anos, a Maré perdeu oito linhas de ônibus (330, 320, 909, 442, 431C, 405, 911 e 927) e outras seis linhas tiveram o itinerário mudado (957, 955, 485, 663, 998 atual 760D e 919).

Com isso, cresceu o número de mototaxistas e veículos de transporte alternativo. Apesar de regulamentadas, as duas categorias não têm muito o que comemorar. "É muito difícil trabalhar, há muita exigência e gastos para manutenção. Falta incentivo do governo", explica um motorista da linha de van Vila dos Pinheiros x Bonsucesso, que preferiu não se identificar.

Felipe Bacelar, oficineiro de bicicleta, arte educador e artista visual, percebe as problemáticas já nos pontos de ônibus. "Se pegar a extensão da Vila do João ao Parque União, se observa que a maioria são degradados. Há muita dificuldade para os ônibus pararem,

pois a pessoa precisa ir até ao meio da pista para dar sinal e conseguir embarcar. Eu acho que é necessário se pensar num projeto urbanístico que envolva bicicleta como outros modais, com sistema de integração, bicicletários, e ciclovias, que conectem a Maré com o Centro", comentou.

Para os mototaxistas, a precarização é somada a violência no trânsito. Em 2023, o número de ocorrências com motos teve um aumento de 19,68%. No ano passado, segundo o Corpo de Bombeiros, motociclistas da cidade do Rio se envolveram em 1.401 atropelamentos, 13.266 colisões e 5.553 quedas, um total de 20.220 acidentes.

## QUALIDADE DE VIDA

Maurício Dutra, coordenador do Eixo de Direitos Urbanos e Socioambientais da Redes da Maré, defende que ao se construir um espaço ou bairro, deve-se pensar na localização das casas, no acesso aos serviços públicos escolas e na mobilidade dos moradores.

"Vale ressaltar que mobilidade diz respeito não apenas à forma como a população se transporta no seu cotidiano, mas à qualidade de vida das pessoas. É preciso investimentos em transportes ativos, como caminhar, andar de bicicleta, usar patins, skate, entre outros. Esses modos de transporte beneficiam a saúde, contribuem para a redução do tráfego e da poluição nas cidades", define.





• CUIDA • VACINA • MARÉ  
 • OURICURI • PRAIA DE INHAÚMA • PISCINAD  
 • TIRADENTES • RUA DAS ROSAS • DIREITO • GERS  
 • VALDEAN • CIÊNCIA • VICTOR • ALICE • F  
 • SEGURANÇA ALIMENTAR • ACESSO • NUTRIR • MAI

# SAÚDE É CUIDADO!

O Eixo Direito à Saúde da Redes da Maré lança essa reflexão. A compreensão de saúde precisa estar presente no nosso cotidiano para além da ausência de doenças. A saúde envolve o bem-estar físico, mental e social de cada morador. Para isso é importante uma trilha de cuidados: o autocuidado, o cuidado coletivo, o cuidado com o nosso território. Veja o **Mapa da Saúde da Maré** e acesse os projetos e ações mais próximas de você.

## MAPA DA SAÚDE DA MARÉ\*



\*Localização aproximada da realidade.



Acesse o Mapa online da Saúde da Maré

### 1 - UNIDADES DE SAÚDE

- A) Clínica da Família Américo Veloso**  
Rua Gerson Ferreira, 100 - Praia de Ramos  
(21) 2573-7187
- B) Clínica da Família Diniz Batista dos Santos**  
Av. Brg. Trompowski, s/n - Parque União  
(21) 97082-1800
- C) Clínica da Família Jeremias de Moraes da Silva**  
Rua Teixeira Ribeiro, s/n - Nova Holanda  
(21) 2042-8014
- D) Clínica da Família Augusto Boal**  
Av. Guilherme Maxwell, 901 - Baixa do Sapateiro  
(21) 3105-8982
- E) Clínica da Família Adib Jatene**  
Via B Um, 589-501 - Vila do Pinheiro  
(21) 3885-6541
- F) Centro Municipal de Saúde - Vila Do João**  
Rua Dezesete, s/n - Vila do João - (21) 3109-0006

### 2 - EQUIPAMENTOS DA REDES DA MARÉ

- A) Casa das Mulheres da Maré**  
Rua da Paz, 42 - Parque União  
(21) 3105-5569
- B) Centro de Artes da Maré**  
Rua Bitencourt Sampaio, 181 - Nova Holanda  
(21) 3105-7265
- C) Sede Nova Holanda**  
Rua Sargento Silva Nunes, 1012 - Nova Holanda  
(21) 3105-5531
- D) Espaço Normal**  
Rua 17 de fevereiro, 237 - Parque Maré  
(21) 3105-4767
- C) Sede Vila dos Pinheiros**  
Via A1, s/n. Anexo Ciep Gustavo Capanema - Vila dos Pinheiros

### 3 - ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

- A) Conexão G**  
Rua Sargento Silva Nunes, 1012, Nova Holanda
- B) Casa da Diversidade Gilmara Cunha** (Centro de Cidadania LGBTI - Capital III - Maré)  
R. Marcelo Machado, 51  
(21) 97175-9884
- C) Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral** (CADI - Maré)  
R. Capivari, 39 - Morro do Timbau
- D) Casa Resistências da Maré**  
Rua A1 - Vila dos Pinheiros  
(21) 3881-6219
- E) Centro de Referência de Mulheres da Maré** (CRMM-UFRJ)  
Rua 17 s/n - Vila do João  
(21) 3938-0904 (21) 3938-0905

### 4 - LOCAIS DE PRÁTICA DE ESPORTE GRATUITO

- A) Projeto Maré Top Team**  
Rua Ari Leão s/n - Parque União (Prédio da Associação de Moradores)
- B) Campo da Rubens Vaz**  
Rua João Araújo n2
- C) Campo de Futebol da Paty**  
Rua Sargento Silva Nunes, s/n
- D) Luta Pela Paz**  
Rua Teixeira Ribeiro, 900 - Nova Holanda - (21) 3104-4115
- E) Espaço Tijolinho**  
Rua Carlos Lacerda, 46 - N. Holanda
- E) Vila Olímpica Seu Amaro** (Vila olímpica da Maré)  
Rua Tancredo Neves s/n
- G) Mariellas**  
Vila Olímpica Seu Amaro
- H) Pontilhão Cultural**  
Rua Praia de Inhaúma, 911 - Praia de Inhaúma
- I) Parque Ecológico** (Mata do Pinheiro)  
Via A2 - VIA B9
- J) Campo de Futebol Conjunto Esperança**  
Rua Célso de Maia Fonseca



# INCLUSÃO E DESAFIOS NA LUTA POR ACESSIBILIDADE

Empatia e respeito são essenciais para uma sociedade justa

LUCAS FEITOZA

A luta por direitos como moradia, segurança, educação, saúde e outras questões inerentes à vida, está na vocação dos moradores da Maré desde o início da formação do território, porque, infelizmente, estes direitos não estão naturalmente garantidos. Um desses direitos que também é de todos, mas passa quase despercebido para muitos: é o direito à acessibilidade, principalmente por estar ligado muitas vezes a uma camada da população esquecida: a Pessoa com Deficiência (PCD).

O mês de setembro é marcado pelo Dia Nacional da Luta das PCDs, instituído pela Lei 11.133, de 2005, fruto da reivindicação do Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD) desde 1982. A data escolhida, dia 21, dois dias antes do início da Primavera, foi para marcar o renascimento e capacidade de renovação desse movimento, que pede por mais políticas de inclusão e pelo fim da exclusão e do capacitismo.

## DIAS DE LUTA

Na Maré, não muito diferente do restante da capital fluminense, a falta de acessibilidade e respeito leva à exclusão e à invisibilidade das PCDs. É o

que relata **Antônia Pirangi**, de 43 anos. Paraibana, cadeirante e moradora da Maré há 37 anos. Segundo ela, a falta de acessibilidade já começa na porta da sua casa.

Antônia mora em uma casa no segundo andar, na favela Rubens Vaz e, para descer precisa de ajuda. Quando consegue sair, as dificuldades aumentam: ela precisa dividir a rua com carros e motos. O comércio toma conta das poucas calçadas e, as que existem, têm muitos desníveis e falta manutenção.

“Não existe acessibilidade e está cada vez pior, as calçadas todas destruídas e as ruas não facilitam muito. Então, para andar de cadeira de rodas é terrível, sem contar o desrespeito das pessoas. Às vezes, quando tem uma calçada legal, tem um carro estacionado. Muitas vezes eu tenho que ir para o meio da rua para poder passar”, relata Antônia.

## ESTATUTO

Antônia afirma que, a empatia e o respeito são as chaves necessárias para a mudança da sociedade. Ela acredita que no futuro, PCDs poderão viver numa sociedade mais inclusiva. Enquanto isso, algumas leis asseguram que PCDs possam viver plenamente a cidadania.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, decretado pela Lei N° 13.145/2015,

regulamenta os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, buscando promover a inclusão e garantir a igualdade de oportunidades. O documento aborda questões de acessibilidade, educação, saúde, trabalho, e direitos civis. Ele estabelece que a deficiência não reduz a pessoa à sua condição física ou mental, mas reconhece a necessidade de adaptação da sociedade para garantir a dignidade, autonomia e plena participação em todos os aspectos da vida.

Entre as determinações do estatuto consta que: “é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos [...] decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis, e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico”.

## ACESSO AO TRATAMENTO

Infelizmente, mesmo com a lei, nem sempre o direito ao bem-estar da PCD e da família é garantido. **Caeta Fonseca**, de 54 anos, conta que uma das maiores dificuldades enfrentadas é o acesso e acompanhamento da saúde para o filho, Miguel Fonseca, de 17 anos. Ele foi diagnosticado ainda bebê com deficiência intelectual e, aos cinco anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

FOTOS: PATRICK MARINHO





Os dois são moradores da Vila dos Pinheiros e, no início, todos os tratamentos eram realizados no Instituto Philippe Pinel, em Botafogo, tornando o acesso trabalhoso por causa do deslocamento. Caeta conta que a continuidade foi importante, pois garantiu avanços para Miguel na infância. Principalmente, nos aspectos da fala e sociabilidade, que são comumente difíceis para pessoas neurodivergentes. Há 10 anos Caeta conseguiu que o tratamento fosse transferido para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Visconde de Sabugosa, no Piscinão de Ramos.

## NOVOS TRATAMENTOS

Para complementar a renda, Caeta faz crochê e bordado ponto e cruz e vende por encomenda. Ela nunca conseguiu trabalhar formalmente, pois precisou se dedicar integralmente aos cuidados do filho e enfrentou dificuldades financeiras até conseguir receber a pensão do marido, já falecido.

Para piorar, Miguel teve o benefício da Bolsa de Prestação Continuada (BPC) interrompida há três anos. A mãe conta que, precisou lutar para conseguir um laudo médico que comprovasse a necessidade do benefício.

“Hoje em dia, graças a Deus, têm muitos estudos médicos e professores que prestam atenção e indicam quando a criança dá sinais de TEA. Mas antes, várias vezes eu fui desacreditada na minha fala”, revela.

Outra conquista de Caeta, foi o acesso ao tratamento com canabidiol (CDB) para o filho. Há cerca de um ano,

com ajuda da ONG Núcleo de Estimulação Estrela de Maria (NEEM), o medicamento vem beneficiando Miguel, que tinha comportamentos agressivos antes do tratamento.

O CDB é uma das substâncias encontradas na planta de cannabis e, diferente do tetraidrocannabinol (THC), outra substância da cannabis, o CBD não causa efeitos psicoativos. Ele é usado principalmente por suas propriedades medicinais, ajudando a tratar condições como ansiedade, dor crônica, insônia e epilepsia.

As entrevistas desta reportagem só foram possíveis graças ao trabalho da **Associação Especiais da Maré**, coletivo formado em 2018, e que luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Conjunto de Favelas da Maré, ajudando mais de 500 PCDs e suas famílias.

O coletivo está realizando uma campanha de arrecadação para comprar uma sede. O link para apoiar está disponível nas redes sociais do grupo e no QRcode abaixo.







# MARÉ SEM DIREITOS

Ações policiais e remoções impactam a vida dos moradores e geram múltiplas de violações de direitos

MARIA TERESA CRUZ

// Tive que sair da minha casa, porque a crise do meu filho piora na poeira e, para não voltar com ele para uma UTI, precisei pedir ajuda de amigos". Esse é um trecho de um depoimento publicado por uma moradora da Maré nas redes sociais.

Na imagem, ela aparece com o filho, um bebê de um mês de vida, no colo, e narra que a sua família, é uma das que está sendo removida dos prédios construídos no Parque União. A poeira de edificações é composta por partículas finas de materiais como cimento, areia, gesso, e outros componentes e, a inalação dessas partículas pode causar problemas respiratórios, irritação nos olhos e na pele. Em casos mais graves, também doenças como a silicose: quadro crônico que pode comprometer o funcionamento dos pulmões.

## O QUE ACONTECEU

Agentes da Prefeitura do Rio de Janeiro foram até as construções no dia 3 de julho e colocaram cartazes dando o prazo de três dias para os moradores simplesmente saírem das casas. Nem a Secretaria de Assistência Social e nem a de Habitação visitaram o local na data para cadastro de famílias e demais orientações sobre o processo.

O papel colado dava ainda a informação pouco detalhada de que, caso a determinação não fosse cumprida, os prédios poderiam ser demolidos a qualquer momento. O processo de demolição começou no dia 19 de agosto e até o fechamento desta edição, não tinha sido concluído.

Somente no dia 24 de agosto, 6º dia de operação policial consecutiva para a realização das demolições, é que agentes da Secretaria de Assistência

Social apareceram no local e, segundo nota da pasta, cadastrou 40 famílias.

## MÚLTIPLAS VIOLAÇÕES

Nesse período todo, a moradora que fez o desabafo nas redes sociais, o filho com problemas respiratórios e todos os outros moradores ficaram submetidos a poeira. Mas também vivenciaram outras violações: ameaças, xingamentos e até a invasão de seus domicílio e furto de pertences por parte do Estado que, na verdade, deveria auxiliar e atender as demandas dessas pessoas.

Ana Beatriz, de 20 anos, vive no local há três anos e contou que não recebeu diretamente nenhum aviso prévio da demolição. "Eu penso em continuar na minha casa, não vou sair, até porque eu não tenho para onde ir e meus filhos são pequenos ainda. Não tá tendo aula, eu tenho que levar minha filha no posto e não tá tendo [atendimento]".

FOTOS PATRICK MARINHO





A Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP), em conjunto com a Polícia Civil e com batalhões especiais da Polícia Militar, coordena as demolições e a retirada das famílias. Mas, no site da prefeitura do Rio, consta apenas a seguinte atribuição à SEOP: “formular e implementar políticas públicas que garantam a manutenção da ordem urbana e a integração da Prefeitura com todas as forças de segurança pública”.

Em um trecho da nota divulgada no dia 21 de agosto, a Redes da Maré toca neste ponto. “O que estamos testemunhando envolve violações mais amplas dos direitos fundamentais dos moradores. A questão das remoções é histórica e está profundamente ligada ao problema do acesso à moradia digna nas favelas e periferias urbanas. A falta de políticas públicas adequadas e a negligência estatal com os espaços e equipamentos resultam em estratégias improvisadas para ocupar o espaço urbano sem a devida regulamentação e fiscalização. O Estado, ao abdicar de sua responsabilidade na gestão do espaço público e na regulação dos direitos urbanos e habitacionais, contribui para a perpetuação dessas práticas.”

### O QUE DIZ A LEI

Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou uma arguição, como resultado da Campanha Despejo Zero, que, na ocasião, representava uma grave violação aos direitos humanos, diante da pandemia. A partir dessa articulação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicou a resolução 510 e uma cartilha de orientações para quando o despejo for a última saída.

Nesse texto, há o passo a passo para a realização de remoções, começando com uma reunião para elaboração do cronograma de desocupação: “Essa reunião deve contar com a presença dos ocupantes, seus advogados, Ministério Público, Defensoria Pública, órgãos de assistência social, movimentos sociais e/ou associações de moradores e o Oficial de Justiça responsável pelo cumprimento da ordem, além de outros possíveis interessados”.

Em seguida, o município deve fazer um cadastramento das famílias que ocupam a área a ser despejada, bem como fazer a realocação e inserção delas em programas habitacionais, com a presença da assistência social e a garantia de um prazo razoável para desocupação.

Nada disso aconteceu no processo de retirada dos moradores do Parque União, o que tornou a rotina dos moradores, inclusive de outras favelas do conjunto, incerta, tensa e insegura.

### TODOS AFETADOS

Em 2024, a Maré já viveu 37 operações policiais. Em agosto foram 13 dias consecutivos de operações. Crianças e adolescentes já perderam, desde janeiro, um mês inteiro de aula.

Os impactos das escolas fechadas vão muito além do ensino propriamente dito, como destaca a nota da Redes da Maré. “O processo de ensino e aprendizagem fica completamente comprometido quando existe sempre a possibilidade de não se ter aula no dia seguinte. Essa incerteza, permeada por estresse e ansiedade, afeta toda a comunidade escolar, causando adoecimento físico, mental e emocional dos estudantes e suas famílias, mas também de professores, gestores e outros profissionais de educação.”

Além das escolas, a rede de saúde também tem sido severamente afetada. Só nos 13 dias consecutivos de operações policiais, mais de 2 mil atendimentos deixaram de ser realizados.

Uma moradora nos relatou que faz tratamento psiquiátrico e necessita de remédios controlados de uso contínuo, mas não conseguia ter acesso aos medicamentos. Outro morador nos contou que sofre de uma doença crônica e teve o quadro de saúde agravado no domingo, que antecedeu o início das operações, e ficou 4 dias esperando para ser atendido.

A circulação constante de policiais e veículos blindados também alteram sensivelmente a rotina da comunidade, inclusive, para além dos limites do Parque União. Ao menos três direitos constitucionais estão sendo sistematicamente violados: o de acesso à educação (artigo 205º), à saúde (artigo 6º) e o direito de ir e vir (artigo 5º).

O pior é que este cenário não tem prazo para acabar. Em insistentes questionamentos feitos pelo Maré de Notícias aos órgãos responsáveis sobre o cronograma e previsão de término das remoções, as respostas foram evasivas. Em muitos casos, se limitaram a dizer que: “as operações vão continuar pelos próximos dias”.

FOTOS PATRICK MARINHO





# CADERNO DE CULTURA

## O MENINO NO CAVALO DE JORGE

**LUIZ ANTONIO SIMAS**

A celebração de Cosme e Damião dos meus tempos de menino era marcada pelo ritual da distribuição de doces. Minha avó, como pagamento de promessa, distribuía no Jardim Nova Era, em Nova Iguaçu, centenas de saquinhos para a meninada. Uma semana antes da festa, a coisa já esquentava, com a distribuição dos cartões que dariam direito aos saquinhos. O avô carimbava meticolosamente os cartões numerados com a imagem dos santos, o endereço e a data certinha da distribuição.

Os saquinhos da avó vinham com cocô-de-rato, suspiro, maria-mole, cocada, doce de abóbora, pirulito, pé de moleque, paçoca, mariola, jujubas e balas. Eles hoje levariam ao desespero os adeptos dos saquinhos descolados, saudáveis e um tiquinho tristes. Para ensacar tudo, fazíamos linha de montagem, com os doces organizados em esteiras e os saquinhos passando de mão em mão. A última moda agora é a da turma que compra saquinhos prontos; aqueles que poupam o tempo, mas matam a sociabilidade da preparação dos mimos e ignoram o caráter sagrado do ato de encher os saquinhos com as próprias mãos.

Há quem ache que o hábito da distribuição de doces de Cosme e Damião foi pro beleléu. Não é isso que vejo na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ainda que a coisa ande feia pra turma chegada à festa, por aqui é possível ver uma meninada driblando a cidade cada vez mais projetada para os carros, e as restrições do bonde da aleluia que sataniza os doces, e cruzar com gente pagando promessa e distribuindo saquinhos. Os terreiros de umbanda, mesmo sob risco de ataque dos fanáticos, continuam fazendo as suas giras para Dois-Dois. A igreja dedicada aos gêmeos, no Andaraí, fica parecendo até quintal em dia de samba de roda: é alegria na veia.

Faz parte também dos fuzuês a tradição do caruru dos meninos. O caruru, prato de origem indígena que se africanizou no Brasil, e abraçou-se nas áfricas, é ofertado entre nós largamente no dia de Cosme e Damião (o costume é popularíssimo na Bahia) e encontra vínculo simbólico com o ekuru (bolinho de feijão), a comida ofertada a Ibeji, orixá que protege os gêmeos nos candomblés. Manda o preceito que, o caruru, seja inicialmente distribuído a sete crianças, representando Cosme e Damião e os irmãozinhos que eles ganharam por obra e graça da tradição popular: Doum, Alabá, Crispim, Crispiano e Talabi.

Lambuzado das recordações da meninice, me confesso especialmente fascinado pela presença do pequeno intruso entre os gêmeos: o citado Doum, aquele que nos terreiros de umbanda passeia no cavalo de Ogum e nas estátuas dos santos

vendidas no Mercado de Madureira, onde aparece entre os mais velhos vestido como eles. Vigora entre os iorubás tradicionais a crença de que a mãe de gêmeos que não tenha em seguida um novo filho pode endoiar. O filho que nasce depois dos gêmeos é chamado sempre de Idowu (de etimologia incerta). Vivaldo da Costa Lima, em ensaio sobre o assunto, sugere que o nome talvez venha de Owú; ciúme, em iorubá ("Cosme e Damião: O culto aos santos gêmeos no Brasil e na África"). Idowu seria, por hipótese, o pestinha com ciúmes dos irmãos mais velhos. Virou Doum no Brasil; o irmãozinho de Damião e Cosme.

O encontro entre o orixá Ibeji e os santos médicos cristãos é um golaço marcado nas encruzilhadas bonitas da vida. Doum é a crioulidade como empreendimento de invenção do mundo transgredindo o precário. Ele é o menino de um Brasil possível. Encantado nas esquinas suburbanas, guri descalço na garupa do cavalo de São Jorge, é a Doum que certo Brasil oficial, pensado como um projeto de desencantamento da vida pela domesticação dos corpos nas cidades dormitórios e nos currais das celebridades, parece querer matar. Não conseguirá. Ninguém há de matar um protegido pela força de São Cosme e São Damião em seu galope vadio de passeador: o Brasil moleque no alazão da lua.



FOTOS/ILUSTRAÇÃO AFFONSO DALUA



# DOCES E RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Tradição afro-católica lembra a força das ações de mobilização para a construção e memória da Maré

## MILLENA VENTURA

Em 28 de setembro de 1983, o conjunto de favelas da Maré testemunhou o poder da ação coletiva: 901 famílias receberam a titularidade das casas onde viviam na comunidade, no âmbito do Projeto Rio.

Iniciado em 1979, o projeto visava eliminar habitações de risco em favelas situadas à beira da Avenida Brasil. Apesar do pouco investimento do Estado, a titularidade foi resultado de uma resposta comunitária às necessidades que o poder público vinha ignorando desde o início da ocupação da área, intensificada pela chegada de famílias removidas: da Favela do Esqueleto, do Morro da Formiga, do Morro do Querosene, da Praia do Pinto e de Macedo Sobrinho.

Isso levou à criação da Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM), organização que uniu associações de moradores e representantes da sociedade civil, visando acompanhar as obras e representar os interesses dos moradores nas negociações com o governo. Como parte do Projeto Rio, foram construídas as favelas Vila do João e Conjunto Esperança (1982), Vila do Pinheiro (1983) e Conjunto Pinheiro (1986).

## AFRO CATOLICISMO

Por consciência ou não, os resultados de ações de mobilização se encontraram no calendário com outra data comunitária importante, comemorado no dia anterior à entrega dos títulos de propriedade: o Dia de São Cosme e São Damião, celebrado em 27 de setembro.

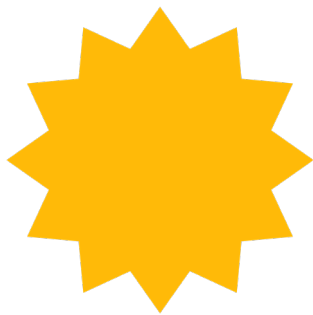
A tradição dos santos gêmeos, embora de origem religiosa, está profundamente enraizada no imaginário carioca como um dia de dedicação e cuidado com

as crianças. Introduzido pelos portugueses, o culto a São Cosme e São Damião se misturou com elementos do sincretismo religioso, sendo associados aos Erês na umbanda e aos Ibejis no candomblé. Cosme e Damião, cujos nomes originais eram Acta e Passio, foram médicos que atendiam gratuitamente os mais pobres na Egea, tornando-se mártires da fé e, posteriormente, santificados.

Devido à diversidade regional, as celebrações variam entre os estados: na Bahia, é comum oferecer caruru a crianças e adultos; em Pernambuco, celebra-se com danças populares; e no Rio de Janeiro, especialmente no subúrbio, a tradição é a distribuição de doces e brinquedos.

O dia 27 é alvo de questionamentos devido à reforma católica, que deslocou as homenagens para o dia 26 de setembro. Contudo, devido às tradições e ao sincretismo, especialmente com o candomblé, no Brasil, a data original foi mantida. Por isso, Nei Lopes, intelectual especialista em cultura afro-brasileira e de diáspora, compreende a celebração como uma manifestação afrocatólica, ou seja, agrega diferentes símbolos cristãos e de religiões de matriz africana.

Para Nei Lopes, dentro das linhas gerais em que se desenvolveu a religiosidade africana no Brasil e nas





Américas, espíritos, entidades e orixás precisam ser cultuados, para que, felizes e satisfeitos, garantam aos vivos saúde, paz, estabilidade e desenvolvimento.

**CONTINUIDADE**

A resistência à mudança de data veio acompanhada da compreensão de que a entrega de doces tem um significado de tradição e memória, simbolizando a partilha, independentemente de motivações religiosas.

Uma matéria do jornal Última Hora, na época das mobilizações, relatava que: além dos doces, era comum a oferta de sapatos, brinquedos, roupas e alimentos, impulsionada pela crise econômica dos anos 1980. Muitas vezes, a distribuição de doces envolvia famílias inteiras, seja por promessas ou pelo desejo de alegrar as crianças. A preparação incluía desde a compra até o empacotamento dos doces, em alguns casos, resultando em festividades na entrega.

**Beatriz Virginia**, moradora do Conjunto Esperança, recorda essa dinâmica de infância. Nos anos 2000, os pais dela distribuía doces em cumprimento a uma promessa feita a São Cosme e Damião pela cura de uma doença, que a acometeu na infância, agravada pelas condições precárias da localidade conhecida como Kinder Ovo, na Vila dos Pinheiros.

“Além dos doces, meu pai, que era gráfico, também distribuía revistas junto com os sacos. Economizávamos durante todo o ano para cumprir a promessa e nos juntávamos dias antes para preparar a doação”, lembra Beatriz.

A família dela não tinha uma religião definida. Isso permitiu também que ela pudesse experimentar as festividades da data e lembrar com carinho das memórias de fatura de doces em casa, nos dias que seguiam o 27 de setembro. Apesar da promessa ter sido de apenas sete anos, a família entregou doces durante 13, pois havia um envolvimento com a celebração.

**Ludmylla Braga**, moradora da Nova Holanda e secretária da Casa Preta da Maré, é outra que mantém a tradição, mesmo sem ligação religiosa. Em 2023, ela preparou um bolo confeitado com várias cores para celebrar a data e homenagear as crianças, motivada pela ação que foi feita no trabalho, no ano anterior.

O bolo para ela é um elemento essencial para as festividades, juntamente com o guaraná. A entrega de doces faz parte da sua infância e ela quis manter isso na vida adulta: “Era maravilhoso, criança gosta de doce!”.

Apesar da diminuição da distribuição de doces no dia de São Cosme e Damião, por diversos fatores, é possível ver ainda famílias e organizações da sociedade civil que entendem a importância da data para as crianças manterem a tradição. Assim, preservando a identidade cultural, já que esta é de uma festa que está diretamente ligada à união para a partilha e das mobilizações de famílias, que se organizavam todo ano para dar para as crianças um setembro mais doce.



FOTOS ARTHUR VIANNA



